

Educação popular: entre-nós e os outros – por uma ciência popular

Popular education: between us and others – for a popular science

Ana Luiza Salgado Cunha

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Vitória da Conquista – Brasil

Raquel Arrieiro Vieira

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

São Carlos – Brasil

Glauber Barros Alves Costa

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Caetité - Brasil

Resumo

Buscamos refletir sobre a construção de uma Ciência Popular na Universidade através das relações com a Extensão Universitária e a Educação Popular, compreendendo que tal relação configura-se enquanto um processo formativo que busca a superação das desigualdades e das discriminações de sujeitos historicamente oprimidos, pautando-se em estratégias de resistência, luta e emancipação. O objetivo é conhecer e analisar as possíveis relações entre Universidade Pública e Educação Popular, e os movimentos que anunciam as elaborações de uma Ciência Popular via Extensão Universitária. Metodologicamente, realizamos um levantamento bibliográfico acerca da temática, partindo de da construção de uma tese de doutorado (Cunha, 2018). Entendemos que as iniciativas de Extensão Universitária, próximas ou não da Educação Popular são como formas de construir outras possibilidades de saberes, colocando-os em diálogo e compreendendo seus sujeitos enquanto sujeitos de experiências significativas.

Palavras-Chave: Educação Popular; Extensão Universitária; Universidade Pública.

Abstract

We reflect on the construction of a Popular Science at the University through relationships with University Projects for the people and Popular Education, understanding that such a relationship is configured as a formative process that seeks to overcome inequalities and discrimination against historically oppressed subjects, based on in strategies of resistance, struggle and emancipation. The objective is to analyze the possible relationships between Public University and Popular Education, and the movements that announce the elaboration of a Popular Science via University Projects. We understand that University Extension initiatives, whether or not close to Popular Education, are ways of building other possibilities of knowledge, putting them in dialogue and understanding their subjects as subjects of significant experiences.

Keywords: Popular Education; University Extension; Public university.

Introdução

Provoca-me engulhos, confesso, ler alguns trabalhos valiosos de certos sociólogos, politólogos, economistas ou historiadores que escrevem em código. A linguagem hermética nem sempre é o preço inevitável da profundidade. Em alguns casos pode estar simplesmente escondendo uma incapacidade de comunicação, elevando-a a categoria de virtude intelectual. Suspeito que o fastio serve, dessa forma, para bendizer a ordem estabelecida: confirma que o conhecimento é um privilégio das elites. (Eduardo Galeano, Posfácio, em *As veias abertas da América Latina*)

Muito se tem discutido sobre estratégias de popularização do conhecimento científico de forma que ele possa estar em outros ambientes que não o de sua produção. Porém, a popularização da ciência é, muitas vezes, apenas mais um mecanismo de definição sobre quem a produz e quem a consume. No presente artigo, partindo de um compromisso ético-político com uma profunda ideia de Democracia e de qualidade social da Educação, escrevemos pensando, através da Educação Popular, nos movimentos pela construção de uma Ciência Popular, com o objetivo central de conhecer e analisar as possíveis relações entre Universidade Pública e Educação Popular, e os movimentos que anunciam as elaborações de uma Ciência Popular via Extensão Universitária.

Nossa compreensão é de que os caminhos para uma Ciência Popular se encontram na superação do enquadramento do objetivismo científico que reduz nossas visões de mundo à uma única perspectiva, entendendo a Ciência Popular como busca constante pelas melhores formas de atender às necessidades humanas em seus anseios de conscientização, sensibilidade e emancipação. Dessa forma, vemos a necessidade de uma pesquisa que se pautem em saberes compartilhados, experiências sociais e saberes horizontalmente valorizados, evidenciando a práxisⁱ como opção epistemológica que respeita o cotidiano através do empenho em, coletivamente, subverter e transformar a realidade, relativa, inacabada e histórica.

Nesta pesquisa, buscamos refletir sobre a construção de uma Ciência Popular na Universidade através das relações com a Extensão Universitária e a Educação Popular, compreendendo que tal relação configura-se enquanto um processo formativo que busca a superação das desigualdades e das discriminações de sujeitos historicamente oprimidos, pautando-se em estratégias de resistência, luta e emancipação. Assim, a finalidade foi a de dialogar sobre possíveis relações entre Universidade Pública e Educação Popular, e os

movimentos que anunciam as elaborações de uma Ciência Popular.

Metodologicamente, partimos de uma revisão bibliográfica através da qual foram realizadas pesquisas a partir de três descritores centrais, a saber: Educação Popular; Extensão Universitária; Universidade Pública. Parte de uma pesquisa de doutoramento (Cunha, 2018), trazemos aqui uma discussão fundada no levantamento e discussão bibliográfica que tensiona a polissemia da Extensão Universitária, as disputas político-ideológicas da Universidade Pública e a Educação Popular como construção pedagógica de outro mundo possível.

Existe atualmente um movimento reacionário em curso, que visa esvaziar os princípios democráticos, criminalizar a luta por direitos e normalizar o horror. A soberania, entendida aqui como poder supremo e independente de um Estado para governar a si mesmo, sem interferência externa, é relativizada e, quando isso acontece toda estabilidade de um povo em seus direitos é colocada à prova junto ao pleno funcionamento de um estado democrático de direito (Carvalho, 1990).

Estamos testemunhando uma democracia de baixa qualidade, servindo a uma forma disfarçada de imperialismo. A violência dos dominantes é abstrata, enquanto a dos oprimidos é concreta e se manifesta como resistência. O eurocentrismo limita a compreensão global ao ponto de impedir que outros povos se vejam como parte integrante desse entendimento, transformando, assim, a América Latina em uma caricatura da Europa e do processo de colonização.

A Globalização é um processo paradoxal que, ao mesmo tempo em que promove uniformidade, também gera fragmentação, utilizando diferenças como ferramenta de exclusão entre o que é considerado parte e o que não é. Nas Epistemologias do Sul, o ponto crucial é reconhecer que a linha abissal persiste além do período colonial; ela se evidencia no racismo, sexismo, discriminação e na submissão das pessoas à violência. Ao adotar uma perspectiva do Sul, rejeitamos qualquer forma de negação, denunciemos a linha abissal e valorizamos o conhecimento produzido na luta e na resistência. Contudo, embora o pensamento pós-colonial seja eficaz na desconstrução, ainda carece de efetividade na formulação de propostas concretas para um mundo alternativo baseado em justiça social e qualidade de vida.

Compreendemos que a Educação Popular surgiu fora do ambiente universitário, em

oposição a ele, nas lutas sociais, com o objetivo de oferecer às classes populares, excluídas do sistema educacional convencional, acesso a uma educação que represente o mundo a partir de suas próprias perspectivas. É importante ressaltar que o ápice da exclusão educacional muitas vezes está na própria Universidade. Ao unir a construção do conhecimento científico com a Educação Popular, é possível enfrentar uma perigosa tríade composta pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado (Cunha, 2018). Nesse contexto, surge o conceito de "capitalismo universitário", que, ao abrir as portas para as camadas populares, também intensificou e evidenciou o colonialismo dentro do ambiente acadêmico. É imperativo descolonizar a Universidade, reinventá-la e ainda considerá-la um campo rico de disputas e possibilidades.

Reafirmamos, portanto, a concretude dos sujeitos populares em sua resistência, em seus saberes, modos de vida e seu lugar no mundo. A realidade social é o ponto de partida que se contrapõe às ideias dominantes, e nessa dinâmica de poder, as forças contra-hegemônicas devem ter como base para sua intervenção social e mobilização das classes populares os pressupostos e fundamentos teóricos e metodológicos que emergem da realidade desses sujeitos.

Defendemos a práxis como uma condição transgressora da concepção dominante de Educação, optando pela construção de uma Educação libertadora, cujo cerne é a formação de uma rede de conhecimentos solidários, emancipatórios e libertadores. Nesse contexto, questionamos: como a Educação Popular contribui para a produção de práticas educativas que integram saberes acadêmicos e populares por meio da Extensão Universitária?

Ao abordar essa temática, é fundamental destacar uma premissa essencial: todo conhecimento é construído por atores, sujeitos que se envolvem nele e são influenciados por ele. Partindo dessa premissa, propomos a hipótese de que as práxis estão redefinindo histórias, trajetórias e concepções epistemológicas de estudantes, professores, coletivos populares e movimentos sociais. Entendemos que as iniciativas de Extensão Universitária, próximas ou não da Educação Popular, são formas de construir outras possibilidades de saberes, promovendo o diálogo entre diferentes conhecimentos e reconhecendo seus sujeitos como agentes de experiências significativas.

Nessa linha de reflexão, percebemos que os grupos de Extensão Universitária aliados à Educação Popular se transformam em movimentos de resistência contra a colonização do

conhecimento, lutando pela emancipação social e pelo reconhecimento do papel dos indivíduos como atores sociais.

Da Popularização da Ciência à Ciência Popular

Popular é adjetivo quando aliada a Educação, já que acrescenta-lhe uma qualidade específica baseada em princípios como participação democrática, autonomia e empoderamento de sujeitos, grupos e comunidades por meio de uma pedagogia socialmente referenciada. Para nós, Popular também é verbo, já que tem em suas raízes a ação e o engajamento ativo nos processos pedagógicos que compreende a Educação como muito mais que transmissão de conhecimentos, mas sim como artefato de mudanças sociais e a construção de sociedades mais justas e inclusivas.

Ao contrário da Ciência eurocêntrica, branca, masculina e elitista, que busca afirmar sua superioridade em descoberta e verificação em relação a outras perspectivas, resultando em progressos visíveis, a ciência moderna também revelou sérios problemas relacionados aos conhecimentos gerados, às ações que promove e à sociedade que influencia. Embora a modernidade não seja capaz de resolver totalmente as lacunas e excessos que ela mesma produz, é a partir dela que se torna viável transcender em direção às soluções necessárias.

Falamos da construção de uma Ciência Popular numa proposta de romper com a visão monocultural que condiciona a realidade de um só saber, como um instrumento dialógico, epistemológico e político que visa à superação da fragmentação e hierarquização entre saberes diversos a fim de fortalecê-los, aproximando saberes, conceitos e linguagens diferentes. Superar dicotomias que tem como *modus operandi* a produção de justiça social e cognitiva envolve a superação de um organizado sistema de distinções visíveis e invisíveis, onde um lado da linha fundamenta o outro, dividindo a realidade, e fazendo de um lado uma linha hegemônica e do outro uma linha dos não existentes sobre nenhum aspecto compreensível (Cunha, 2013).

Segundo Dussel (2005), a Modernidade é vista como homogeneizada pela perspectiva central europeia, que caracteriza como periférico tudo o que se desvia de sua racionalidade estabelecida, facilitando um processo de justificação irracional para a violência e a opressão como formas de dominação. Ao colonizar, a Europa não reconheceu o Outro como genuinamente outro; ao contrário, encobriu-o, colonizando-o em sua alteridade, sob uma justificativa desenvolvimentista.

Nesse contexto, Araújo-Oliveira (2014) aborda a Totalidade como um sistema autocentrado, uma ordem moral e ontológica que exclui para a Exterioridade tudo o que não se encaixa em seus parâmetros. A Totalidade representa a razão dominadora que sustenta o sistema global de dominação e exploração, enquanto fora dela surgem brechas para a libertação e a resistência, que se manifestam na Exterioridade. Essas brechas na Exterioridade são espaços onde emergem movimentos de resistência que desafiam a lógica dominante da Totalidade, buscando alternativas e possibilidades de emancipação.

Dussel (1993) destaca a linha de exclusão que separa o Norte do Sul, indo além do aspecto puramente geográfico. Ele propõe que o Norte represente a Totalidade, enquanto o Sul representa a Exterioridade. Essa divisão abissal não se limita apenas a uma diferença geográfica; ela inaugura um fascismo social, uma lógica excludente legitimada por um discurso monocultural e opressor. A relação entre Norte e Sul, entre Totalidade e Exterioridade, foi responsável por estabelecer e sustentar distinções entre o Ser e o Não-Ser, fundamentadas em processos como apropriação, violência, opressão e dominação.

Essa dinâmica revela como a visão eurocêntrica da Totalidade marginaliza e subjuga a Exterioridade, impondo uma hierarquia de poder que perpetua injustiças e desigualdades. Os conceitos de Norte e Sul transcendem o mero contexto geográfico para refletir uma estrutura de poder global que molda e influencia as relações sociais, econômicas e culturais em escala mundial.

Nos Estados modernos, a história transformou-se no meio privilegiado de formas e conformar a consciência nacional. Os governos e as elites dirigentes tem especial empenho em educar o povo segundo seu modo de ver a história, que chega até a própria consciência cultural da massa – e ainda da inteligência. Os que possuem poder, então, têm o cuidado especial para que a periodificação do acontecer histórico nacional seja realizada de tal forma que justifique o exercício do poder pelo grupo presente, como um certo clímax ou plenitude de um período que eles realizam, conservam e pretendem modificar (Dussel, 1997, p. 12).

Quando a América Latina foi colonizada, negaram seu mundo “de tal maneira que havia outro mundo, outro além do hispânico. Mas este mundo foi dominado e a dominação dessa exterioridade significa o primeiro processo de alienação da América” (Ibidem, p. 123). A dominação colonial é a origem da dependência, e os países desenvolvidos só o são à custa da exploração dos países coloniais. Essa é a exterioridade de uma cultura popular que aguarda o momento de sua libertação.

Percebemos que persiste uma forte prática eurocentrada de dominação global, caracterizada por uma abordagem extrativista que fundamentou sua suposta superioridade

na acumulação de riquezas, experiências e conhecimentos desde que invadiu e dominou a América Latina de maneira velada, violenta, unilateral e desenvolvimentista. Por meio dessa prática, a Modernidade consolidou o eurocentrismo como um paradigma hegemônico, e a América Latina emergiu na modernidade (muito antes da América do Norte) como a "outra face", dominada, explorada e obscurecida. Historicamente, os oprimidos têm pago um preço alto, inclusive com suas vidas, devido à sua vulnerabilidade diante da violência desmedida dos opressores. Essa narrativa ilustra a desigualdade estrutural e a brutalidade que permeiam as relações entre o Norte global dominante e o Sul global explorado, destacando as consequências devastadoras dessa dinâmica desigual.

Segundo Dussel (1993), o Outro foi negado, subjugado, alienado e incorporado à totalidade dominadora como oprimido, sendo compelido a sustentá-la mesmo estando fora dela. Isso resultou na domesticação dos seus modos de ser e viver, tornando regiões como a América Latina dependentes, periféricas e colonizadas cultural, econômica e politicamente. A ciência, ao buscar demonstrar suas supostas capacidades superiores de descoberta e validação em relação a outros conhecimentos, alcançou progressos evidentes. No entanto, ao mesmo tempo em que se revelou elucidativa e enriquecedora, a ciência moderna também enfrenta sérios problemas relacionados ao que já foi produzido, às ações que determina e às transformações sociais que promove.

Brandão (2014) propõe a adoção de paradigmas emergentes que valorizem a interação e o diálogo entre pessoas e seus saberes, superando a visão positivista e hierárquica que categoriza conhecimentos como legítimos ou ilegítimos. O pensador defende a subversão de pensamentos dicotômicos que polarizam os saberes entre verdades e mentiras, e argumenta que há muito a ser explorado e compreendido nas fronteiras epistemológicas. Ele entende que o progresso ocorre ao superar o enquadramento do objetivismo científico, que limita nossas perspectivas do mundo.

O conceito que designamos para Educação Popular envolve os saberes produzidos pelas classes populares nas lutas contra-hegemônicas e anticapitalistas protagonizadas pelos movimentos e organizações da sociedade civil, cuja prática educativa tem produzido novas epistemologias. Partindo do paradigma emergente, o conhecimento acadêmico não é o único saber que produz em ciência, portanto, ampliando a dimensão de ciência para além do Norte Global. A Educação Popular se reinventa, ao passo que se ressignifica enquanto prática social

das classes populares, hora enfrentando momentos de recuo em seu papel social, ora como força educativa de transformação e de mudança das condições sociais e cognitivas dos oprimidos e dos subalternizados no mundo, de modo especial na América Latina (Cunha, 2018).

Segundo Cunha (2013), o que a Educação Popular propõe é assumir a educação e a cultura como lugares de produção de sentido e de emergência de outro mundo possível, tendo a resistência como base, trazendo-a a um cenário determinado de poder, lutando pela superação da lógica da dominação e do controle dos oprimidos, dentro de um jogo de forças em conflito, onde os sujeitos subalternizados passam a enfrentar os modelos de controle de suas subjetividades. Assim, a Educação Popular consiste num projeto pedagógico que tem a realidade como ponto de partida, o local como realidade social, política, econômica, cultural e de identidade, para fortalecer a base e construir uma organização global mais justa e solidária (Mejía, 2018).

Sendo assim, Bornstein (2006, p.1) corrobora essa visão quando compreende que, “a educação popular é entendida como um meio de transformação da sociedade na medida em que pretende fortalecer a autonomia do educando na busca por soluções para suas problemáticas”. cremos que, nas práxis de Extensão Universitária Popular, o diálogo e a integração são elementos de suma necessidade para organização e para o fortalecimento dos grupos, bem como a união entre saberes técnicos, científicos e experienciais como forma de construção de outro conhecimento - compartilhado e tecido com base em diferentes saberes.

Diferente de muitos movimentos sociais que se organizam através de uma Sociologia do Desenvolvimento, os movimentos de cultura popular têm como base uma Filosofia da História, que compreende o ser humano a partir da produção da cultura, ou seja, da produção e reprodução que os seres humanos fazem do mundo. Assim, segundo Brandão, “o processo social de criação da cultura é o que atribui ao ser humano a possibilidade de afirmar-se como um ser com consciência a respeito do seu saber. Enfim, como sujeito que habita singularmente a sociedade e constrói uma história” (Brandão, 2009, p. 54).

A proposta, via Educação Popular, é a de politizar a cultura popular como universo simbólico das classes populares, numa cultura que reflita seu mundo, seus modos de ser, estar e viver. Nesta pesquisa, adotamos o conceito de cultura popular trazido por Brandão (2009, p. 70), que o pontua como “o resultado, nunca concluído, sempre aperfeiçoável, de um trabalho político através da cultura, que deve desaguar em uma retotalização da cultura

nacional, em termos de e sobre as bases da cultura popular liberada”. Logo, é a práxis para a construção de outra consciência, em outra ordem social que não mais a hegemônica. Assim, a “cultura popular se traduz por política popular, não há cultura do Povo, sem política do Povo” (Fiori, 2014, p. 81).

Fals Borda (1978) retoma o essencial debate marxista acerca do papel da ciência e dos cientistas diante da realidade concreta, destacando que esse problema é fundamentalmente ontológico e requer um trabalho necessário em prol de uma transformação social genuína em busca da justiça social. O autor enfatiza a importância da abertura ao outro como um elemento essencial na dinâmica do processo ensino-aprendizagem, com o objetivo de promover a libertação. Sem menosprezar a importância da teoria, Fals Borda incorpora em sua abordagem os contextos locais e regionais, valorizando seus saberes, e reconhece que todos os grupos colocados na exterioridade são igualmente produtores de conhecimento legítimo. Ele não propõe uma simples inversão de hierarquias e privilégios, mas adota uma visão dialógica e integradora que reconhece a interconexão entre os diversos saberes, sejam científicos ou não.

No pensamento de Fals Borda, a subversão é uma estratégia política fundamental que visa a resignificação da realidade concreta. Ele busca promover uma mudança efetiva na estrutura social ao valorizar e integrar os conhecimentos e perspectivas dos grupos marginalizados, reconhecendo que a verdadeira transformação requer uma visão holística e inclusiva das diferentes formas de conhecimento e experiência.

O papel e o significado histórico da Educação Popular residem na sua função de resistência e oposição ao status quo estabelecido. Por essa razão, Brandão (2009) a caracteriza como uma cultura rebelde que transcende o tempo e o espaço da sua luta, buscando promover a libertação dos sujeitos oprimidos. Nesse contexto, entendemos a Educação Popular como um processo de reconstrução do saber social necessário - uma educação que emerge da comunidade - e como um trabalho político voltado para a luta por transformações sociais, democracia e justiça global. O horizonte da Educação Popular é orientado pelo objetivo de transformar o sujeito econômico em sujeito político, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e fraterna.

Dessa forma, a Educação Popular não se limita ao âmbito educacional tradicional, mas se estende para além disso, englobando ações políticas e sociais que visam empoderar os

indivíduos e as comunidades, capacitando-os para serem agentes ativos na busca por mudanças sociais significativas e duradouras. Essa abordagem educacional emergente busca não apenas transmitir conhecimentos, mas também estimular a conscientização crítica e o engajamento cidadão, visando a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Universidade e comunidade: ensaios de interlocução

A Universidade é uma instituição social, política e cultural que desempenha um papel crítico e ativo no tecido social. O que se observa hoje, e não apenas recentemente, é uma tensão e um conflito de interesses dentro da Universidade. Por um lado, ela se tornou um espaço do neoliberalismo, onde a pesquisa é privilegiada e os recursos humanos são formados para atender às demandas do mercado de trabalho. Por outro lado, existe a aspiração por uma Universidade emancipadora, um ambiente de diversidade de pensamentos e formações, um espaço para promover mudanças (Tuttman, 2005). Atualmente, a Universidade vive em uma situação dual, marcada por uma tensão entre sua essência original, concebida pela comunidade, e o caráter elitista imposto por uma lógica unilateral. Apesar de estarem bem organizadas e estruturadas em seus campi, as universidades brasileiras acabam se distanciando da comunidade ao seu redor, o que contribui para a crescente hierarquização e exclusividade da instituição (Goergen, 1979).

Seria contraditório tentar abordar a Universidade de forma isolada da sociedade, pois ela é fundamentalmente um elemento integrante e organizador da sociedade em que está inserida. Ao entender a Universidade como uma instituição social, fica claro que ela sempre teve um compromisso social inerente. Não podemos separar dicotomicamente a Universidade da sociedade, pois uma é componente essencial da outra. A Extensão Universitária surgiu como uma resposta e uma função primordial na tentativa de estabelecer e fortalecer as relações sociais entre a Universidade e o meio em que está inserida (Sousa, 2010). Essa iniciativa não apenas busca aplicar os conhecimentos acadêmicos na prática social, mas também promove o engajamento e a interação entre a Universidade e a comunidade, contribuindo para o desenvolvimento mútuo e o fortalecimento do compromisso social da instituição acadêmica.

Segundo Cunha (2018), a Extensão Universitária é um poderoso instrumento político, social e cultural que promove a interação entre a comunidade acadêmica e a não acadêmica, permitindo a construção de variados saberes e pensamentos. enfatizamos as Práxisⁱⁱ de Extensão Universitária por compreendermos que elas constroem possibilidades de redes de

ação-reflexão nas fronteiras acadêmicas, ou seja, que percorrem e alcançam para além do hegemônico presente na Universidadeⁱⁱⁱ.

Segundo Silva (2003), a Universidade, enquanto instituição social, tem acompanhado o processo de complexificação da sociedade contemporânea, que está sujeita a diferentes interesses. Esse processo histórico transformou a Universidade em uma entidade múltipla e plural, com diversas funções definidas pelas relações estabelecidas com a sociedade política e civil. O autor destaca que, devido ao seu papel como organizadora, articuladora e produtora de conhecimento, a Universidade enfrenta uma multiplicidade de aspirações e demandas, desde o avanço da ciência e da tecnologia até o cumprimento de sua função social.

A Universidade tem como função expressar e promover o processo cultural da sociedade através do sistema de ideias organizado em cada época. Além disso, ela desempenha um papel crucial na especialização profissional avançada, na docência e na pesquisa científica. Fiori ressalta elementos fundamentais da Universidade, como a conscientização da cultura, a capacidade crítica, a institucionalização do conhecimento e o equilíbrio entre o conhecimento teórico e a prática institucional.

Esses pontos nos servem para pensar o que é a ideia de universidade – uma ideia (como chamamos) que aponta para algo que jamais foi realizado: esse saber mais alto, institucionalizado, plenamente crítico, organizado como espírito comunitário e integrado em sua sociedade, emergindo, das raízes culturais do povo – isto é mais que uma ideia, é uma aspiração histórica. Por isso, acreditamos que a Universidade é uma instituição que, até hoje, busca sua ideia, existencialmente (Fiori, 2014, p. 61).

A Universidade é um espaço fragmentado, marcado por conflitos entre diferentes setores e interesses polissêmicos, muitas vezes contraditórios, nos quais são desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A interação dialógica entre os participantes dos grupos de Extensão Universitária e seus encontros e desencontros com a Educação Popular podem configurar um processo formativo que busca superar as desigualdades e discriminações enfrentadas por sujeitos historicamente oprimidos e invisibilizados. Esse processo se baseia em estratégias de resistência, luta e emancipação. Tanto socialmente quanto academicamente, acreditamos que o desenvolvimento desse trabalho pode contribuir para a ampliação da discussão sobre a diversidade de processos e estruturas educacionais presentes em espaços que nem sempre são plenamente reconhecidos. Isso pode impactar a formação de sujeitos diversos, tanto politicamente quanto subjetivamente,

promovendo uma reflexão mais profunda sobre as múltiplas dimensões da educação e suas implicações sociais.

Oliveira (2010) destaca que processos educativos que possuem um ou outro elemento dito popular – como recorte por setor, estratégia ou espaço de acontecimento – não definem necessariamente Educação Popular, podendo se constituírem em processos mantenedores de hegemonia, mistificados e alienantes. Ainda, compreendemos que mesmo em espaços, políticas e propostas que se autodenominam participativas e dialógicas existem práticas que, mesmo que veladas, cerceiam e desconsideram visões de mundo construídas pelo povo. É preciso ressaltarmos que:

A desvalorização do ‘popular’ se expressa na relação desigual entre diversas culturas em nosso cotidiano, notadamente entre a cultura escolarizada, historicamente europeia, e a não escolarizada, historicamente indiana, negra, mestiça; relação desigual entre conhecimentos científicos e os conhecimentos populares, entre as formas de expressões acadêmicas e populares (Oliveira, 2010, p. 246).

Aliando-nos às reflexões de Carvalho, Acioli e Stotz (2001), compreendemos os modos como os diversos autores envolvidos em projetos/programas de Extensão Universitária e seus (des)encontros com a Educação Popular constroem conhecimentos coletivos, compartilhadamente e em movimentos de resistência cultural, social e epistemológica e de empoderamento local de suas formas de ser e estar no mundo. A temática de Extensão Universitária trabalha com a Educação Popular, através da qual os sujeitos se unem em práxis reflexivas com o objetivo de pensar e transformar a realidade que por ora os condiciona.

A Universidade possui o papel social de transformar, para melhor, a realidade concreta. Entrando novamente na questão da ideia do tripé indissociável entre ensino, pesquisa e extensão na universidade como caminho para qual a instituição pode ser firmar em seu papel, é necessário ressaltar, no entanto, que o papel da Universidade não é o mesmo papel das ONG’s, ou dos movimentos sociais, nem mesmo dos poderes executivo e legislativo. Não deve a Universidade substituir serviços que são obrigação do Estado, como Saúde, Educação, políticas públicas etc, pois seu papel é o de formação de profissionais e de produção de conhecimento, retroalimentando sempre na perspectiva do ensino, pesquisa e extensão. Apresentamos, assim, a compreensão da Universidade como produtora e socializadora de saberes que levam à transformação social e ao bem viver da sociedade, reforçando seus trabalhos como anticapitalista e que coloca questionamentos acerca dos modos de produção vigentes; essa compreensão propõe outros modos de produção, bem como de organização da sociedade (Cunha, 2018, p.200).

Freire (1997) destaca o diálogo como um caminho essencial para os seres humanos encontrarem sua significação. Ele descreve o diálogo como um ato de amor e compromisso entre os seres humanos e o mundo. Esse diálogo capacita os sujeitos oprimidos a alcançarem autonomia e protagonismo, desenvolvendo uma consciência crítica de si mesmos e do mundo

ao seu redor. Os indivíduos engajados nesse processo realizam uma práxis transformadora da realidade, construindo suas próprias histórias ao superar situações-limite. Eles buscam a "descoisificação" de suas vidas, agindo por meio de atos de libertação para alcançar o que Freire chama de "inédito viável", ou seja, sua plena humanização. A grande questão é desvelar e problematizar a opressão, superando a dicotomia opressor/oprimido através do diálogo, diálogo este que é o encontro entre os seres humanos, condição fundamental para a transformação.

As práticas sociais “decorrem de e geram interações entre os indivíduos e os ambientes natural, social e cultural em que vivem. Desenvolvem-se no interior de grupos, de instituições, com o propósito de produzir bens, transmitir valores, significados, ensinar a viver e a controlar o viver; enfim, manter a sobrevivência material e simbólica das sociedades humanas” (Oliveira *et al.*, 2014, p. 33). Tais práticas se constroem nas relações entre pessoas e comunidades, em seus tempos e contextos determinados, e podem se configurar como forma de manter a realidade violenta e opressora ou como forma de resistência e luta contra ela, variando por seus atores e suas lutas existenciais. Neste bojo, emergem processos educativos diversos, forjados nas experiências das práticas sociais. Por isso, usamos a metáfora do mapa revisado – invertido ao modelo convencional - em pesquisas nas quais nos propomos “sulear” conhecimentos por um outro mundo possível. “Sulear” [...]expressa a intencionalidade de dar lugar e se abrir para diferentes e diversas fontes de produção de saberes e conhecimentos e, sem desqualificar ou menosprezar nenhuma, colocá-las em diálogo” (Araújo-Oliveira, 2014, p.48).

Passamos a ter o Outro como critério, via Educação Popular, buscando desmistificar a falsa oposição entre construção de conhecimentos científicos e compromisso social. Entendemos agora que ciência e conscientização podem ser aliadas, e que o fato de não serem postas juntas é um artifício opressor para encobrir seus processos de dominação. Nesse sentido, quando abstem-se de seus “condicionamentos sociais, econômicos, políticos (condicionamentos dialéticos) e quando esquece que sua fórmula matemática pode servir para que o guerreiro acerte com maior precisão o alvo num inocente povo (...) converte toda sua ciência em cienticismo” (Dussel, 2001, p. 171).

Vivemos numa sociedade marcada pelo autoritarismo colonial que sustenta a ideia de vida digna no controle das subjetividades, através de uma racionalidade opressora. Por isso,

propomos a denúncia desta negação, e o anúncio de outras possibilidades de vida na Exterioridade para aqueles que vivem à margem da Totalidade. “A totalidade, que alude a ordem moral e ontológica, e a exterioridade, que refere a uma ordem metafísica e ética, que está além da questão moral” (Araújo-Oliveira, 2014, p. 70). O sistema da Totalidade tende a autocentrar-se e a perpetuar-se, legitimando sua oposição a tudo aquilo que lhe foge, colocando a si mesmo como forma certa de ver e viver o mundo. Através dele aliena-se o ser do Outro, deslocando-o para o centro do Eu.

A exploração ou domínio sobre o Outro é estabelecido mediante diferentes mecanismos (manipulação, ocultação, desqualificação, inferiorização, entre outros) que a fazem possível.; estruturas legais se apresentam objetivas, assim legitimadas assumem caráter de normalidade inquestionável, imutável, conformando a naturalidade em regime de verdade que, na visão ingênua do oprimido aparece como fatalidade (Araújo-Oliveira, 2014, p.81).

Segundo Quijano (2010) a Colonialidade é um dos elementos constitutivos do poder capitalista, que se sustenta na imposição de um padrão de classificação racial/étnica da população mundial. Ainda que vinculada ao Colonialismo – expropriação, dominação e opressão territorial – a Colonialidade é um conceito diferente, mais moderno e mais fortemente perpetuado. Colonialidade é a colonização do Poder e, com ela, há a intensificação da relação de dominação da Totalidade para com a Exterioridade.

É preciso sairmos ao condicionamento opressor dos dominantes, que molda pensamentos e comportamentos dos oprimidos, colocando em questão o nosso lugar e fazer intelectual, abrindo-nos a fontes diversas de tessituras de saberes, horizontalizando-os em fazeres dialógicos. Resistir às orientações científicas norteadoras e pouco sensíveis, com o intuito não de inverter a hierarquização posta e para dar ao Sul, e aos seus saberes, a possibilidade de colonizar o Norte, e seus saberes. Em nenhuma de nossas concepções caberá a ideia de subalternizar conhecimentos e invisibilizar saberes. Assumimos o posicionamento de uma racionalidade outra, emancipadora, para contribuir no processo de humanização, nosso e dos Outros (Araújo-Oliveira, 2014).

Nenhuma realidade é porque tem que ser. A realidade pode e deve ser mutável, deve ser transformável. Mas, para justificar os interesses que obstaculizam a mudança, é preciso dizer que “é assim mesmo”. O discurso da impossibilidade é, portanto, um discurso ideológico e reacionário. Para confrontar o discurso ideológico da impossibilidade de mudar, tem-se de fazer um discurso também ideológico de que tudo pode mudar. Eu não aceito, eu recuso completamente essa afirmação, profundamente pessimista, de que não é possível mudar (Freire, 2001, p. 169).

A Educação Popular relaciona-se ao projeto político, social e epistemológico ao qual nos comprometemos pessoal e profissionalmente. Seus elementos orientam nossa prática pedagógica e de pesquisa na busca por uma realidade mais justa e igualitária, não mais violenta e opressora. Destacamos a compreensão do mundo do Outro, de descolonizar nosso olhar, compreendendo que o mundo é o que se vê de onde se está, de onde se partiu e ao lado de quem se comprometeu a lutar.

Como destaca Fals Borda (1987), pesquisadores militantes são os que colocam o conhecimento a serviço dos grupos oprimidos e explorados, pois há uma causa fundamental, que é a transformação da sociedade, mantendo acesa a perspectiva crítica e subversiva, tendo a subversão como forma legítima de resistência à ordem hegemônica desigual e violenta. A ação intelectual do pesquisador-militante, conscientizando-se de seu pertencimento à sociedade concreta, renuncia ao seu papel de espectador e coloca sua práxis a serviço de uma causa: transformação para justiça social.

Nosso entendimento é de que a Educação Popular consiste num trabalho coletivo das (e com as) classes populares, a fim de que, primeiramente, percebam e compreendam a profunda situação de opressão e violência em que vivem, partindo para problematização desta situação concreta e de elaboração de práxis de resistência, luta e transformação desta realidade. No contexto deste estudo, que pensa as práxis de Educação Popular e seus (des)encontros com a Extensão Universitária, procuramos discutir também sobre o processo de conceituação de Extensão Universitária Popular entendendo-a numa concepção de Extensão libertadora, multicultural e alternativa contra-hegemônica, que valoriza o ser humano antes de tudo, numa perspectiva dialógica. Assim, compreendemos a Educação Popular como eixo transformador na Extensão Universitária. Uma luta do povo, com o povo, pelo povo. Então, quem é povo?

Povo não é algo já dado por seu lugar na ordem social e que se 'levanta' de vez em quando contra a dominação, mas é um processo de constituição de sujeitos (subjetivação), que, a partir de suas condições singulares de opressão, exclusão ou exploração agenciam projetos emancipadores (Carrilo, 2013, p. 26).

Num dialético movimento orquestrado, principalmente, pela cotidiana luta de classes, há sempre um povo oprimido que busca lutar contra sua condição de opressão na Hegemonia Capitalista. A Educação Popular, como movimento de libertação via pedagogia, vem como

possibilidade de construção de uma contra-hegemonia, como construção de uma luta de superação da condição de opressão do povo.

As classes populares são aquelas que vivem em condições de exploração e dominação – social, econômica, política e epistemológica – no capitalismo, nas atividades produtivas. Segundo Wanderley (1980, p. 64), “classes populares, pois, serão entendidas no plural, compreendendo o operariado industrial, a classe trabalhadora, os desempregados e subempregados, o campesinato, os indígenas, os funcionários, os profissionais e alguns setores da pequena burguesia”. São, assim, produtores de outros tipos de cultura e educação (que não as dominantes), por vezes nem sistematizadas como oficiais, por apresentarem leitura própria de mundo.

Povo, para Boff (2015), com sentido flutuante, possui variação de significados de acordo com seu uso. Entendemos essa expressão como conjunto de pessoas das classes subalternas, que reúne seres humanos num mesmo espaço-tempo, com culturas comuns e intencionalidades semelhantes. Desse modo, o Povo tem consciência, projetos próprios e se organiza para sua constituição. Assim Boff complementa sua definição:

Sociologicamente ‘povo’ aparece também como uma categoria histórica que se situa entre a massa e elites. Numa sociedade que foi colonizada e de classes, aponta clara a figura da elite: os que detêm o ter, o poder e o saber. A elite possui seu ethos, seus hábitos e sua linguagem. Face a ela surgem os nativos, os que não gozam de plena cidadania, nem podem elaborar um projeto próprio. Assumem, introjetando, o projeto das elites (...) Mas sempre há rachados no processo de hegemonia ou dominação de classe: lentamente da massa surgem lideranças (...) que organizam movimentos sociais com visão própria do país e de seu futuro. Deixam de ser povo-massa (...) Da articulação desses movimentos entre si nasce um ‘povo’ concreto. Já não depende das elites. Elabora uma consciência própria, um projeto diferente para o país, ensaia práticas de resistência e de transformação das relações sociais vigente. (...) “Povo”, portanto, nasce e é resultado da articulação dos movimentos e das comunidades ativas. Ele nunca acaba de nascer totalmente, porque depende da mobilização dos grupos sociais que buscam mais e mais participação e assim vão fazendo nascer um povo (Boff, 2015, p.1).

O que trazemos, de central, é a compreensão da Educação Popular como prática educativa comprometida com a transformação de relações sociais e políticas. Sob o prisma da resistência à homogeneização epistêmica, a Educação Popular não é apenas um conjunto de métodos. É uma concepção educativa que tem sua origem na América Latina, construída como a história de uma prática de denúncia de realidades opressoras – coloniais e colonialistas - associada ao anúncio de outros mundos possíveis. Surgiu como prática educativa vinda de grupos de excluídos e dominados, que passaram a buscar processos emancipatórios para transformação da realidade (Mejía, 2018).

A Educação Popular entra na Universidade por meio da Extensão Universitária, em um processo de disputa por diferentes visões sobre o papel da universidade em relação à sociedade. As narrativas da Educação Popular foram moldadas por essas disputas em busca de transformações sociais. A Extensão Universitária é orientada pela Educação Popular como uma prática social que promove processos educativos baseados no diálogo e na crença em um sistema social mais justo, na superação da alienação e no fortalecimento da participação do povo organizado. A Educação Popular representa o alicerce de uma práxis voltada para a construção de condições dignas de existência para os sujeitos populares - indivíduos inconformados que buscam redefinir suas possibilidades de inserção e atuação no mundo.

Considerações finais

Compreendemos que os processos de desocultamento e produção de existências de coletivos populares através dos movimentos de Extensão Universitária, são compostos por grupos que aprendem cotidianamente a resistir à negação e se organizam através de outros processos educativos. Atualmente vemos uma transformação na Universidade que é eminentemente desestabilizadora; uma transformação política que liga a educação diretamente a um projeto nacional, e que responsabiliza a Universidade pela formação dos quadros de sua concretização.

Nesse sentido, questionar a Universidade pública é questionar um importante elemento do projeto político de uma nação. O direito à educação se confunde quando passa da perspectiva de cidadania e torna-se de consumo. É isso que faz o capitalismo transformar utilidades em mercadorias, e é contra isso que lutamos. Sendo assim, buscamos uma reforma da Universidade que seja criativa, democrática e emancipatória por meio de uma proposta de globalização contra-hegemônica, ou seja, que entenda a Universidade como um bem público e democrático.

Contudo, para que esta reforma aconteça, é importante que tenhamos alguns protagonistas: sociedade politicamente organizada, articulando Universidade aos interesses sociais; a própria Universidade pública e aqueles que dela fazem parte; e o Estado nacional ao optar por uma globalização solidária. Através destes protagonistas, caberá o enfrentamento do novo com o novo, a luta pela definição das crises, bem como pela definição de Universidade

Neste bojo é que compreendemos as grandes possibilidades de contribuições desta pesquisa, nossas trajetórias são essenciais no conhecer, constituindo-se como ponto fulcral de nossa busca por conhecer. A Extensão Universitária é o espaço privilegiado para a consolidação de paradigmas emergentes, e como uma das formas de expressão do diálogo entre a comunidade e a Universidade, numa perspectiva emancipatória por dar vez à voz (e ouvi-los) dos produtores e produtoras de outros saberes, cotidianos.

Não se trata de subjugar ensino, pesquisa e outras modalidades de Extensão Universitária, muito menos de inverter hierarquicamente posições, pois isso seria reducionismo. A indissociabilidade é prática cotidiana, ainda que pouco refletida e o que tratamos é da Extensão Universitária e seus (des)encontros com a Educação Popular que reconhece sujeitos da experiência social e suas indagações, provocando diálogos na busca pela tessitura de novos significados e conhecimentos.

O propósito não é o de criar mais cercas, que enquadrariam os saberes já legítimos, invalidando todos aqueles que percorrem à margem, mas, sim, o de superar estas cercas promovendo diálogos críticos possíveis entre os mais diversos saberes. “Desocultar, mostrar, reconhecer é de extrema relevância política e pedagógica em uma tradição social, política e cultural marcada por perversos ocultamentos, inferiorizações dos coletivos” (Arroyo, 2011, p. 150). O que trazemos é o combate à homogeneização epistêmica, que tem origem na capacidade de deslegitimar a existência de formas de saber subalternizadas, e que privilegia as formas patriarcais, racistas, xenófobas, sexistas e coloniais de conhecer e se relacionar com o Outro e com o mundo, gerando uma geopolítica do conhecimento que invisibiliza e faz desaparecer históricas locais.

À Educação Popular que é uma prática social e educativa protagonizada nas lutas anticolonial, antipatriarcal e anticapitalista, que contribui para a produção de práticas educativas fundamentadas entre saberes acadêmicos e saberes populares, na reinvenção do conhecimento e da Universidade.

Referências

ARAÚJO-OLIVERA, Stela. Exterioridade. O outro como critério. In: OLIVEIRA, Maria Waldenez.; SOUSA, Fabiana. Rodrigues. (orgs). **Processos Educativos em práticas sociais**. Pesquisas em educação. São Carlos: EduFSCar, 2014.

BRANDÃO, Carlos. Rodrigues. ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura Rebelde – escritos sobre a educação popular de ontem e agora**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. 2009

_____ Perguntas, pesquisas. Para quem? Para que? In: OLIVEIRA, Maria Waldenez de; SOUSA, Fabiana Rodrigues de. **Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação**. São Carlos: EdUFSCar. 2014.

BOFF, Leonardo. **Povo: em busca de um conceito**. 2015. Artigo disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2015/01/29/povo-em-busca-de-um-conceito/>. Acesso em: 15 ago. 2016

CARRILO, Alfonso Torres.. **Educación Popular – Trayectoria y actualidad**. Coordinación de Investigación, Dirección General de Producción y Recreación de Saberes. Primera edición venezolana, 2011. Disponível em: <https://dalbandhassan.files.wordpress.com/2011/04/educacion-popular-a-torres.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Maria Aparecida; ACIOLI, Sonia. STOTOZ, Eduardo. O Processo de construção compartilhada do conhecimento. IN: VASCONCELOS, Eymard Mourão (org). **A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde**. São Paulo: Huctec, 2001. P.101-114.

CUNHA, Ana Luiza Salgado. **A experiência como prática formativa de estudantes na Extensão Universitária**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGED/UFV Universidade Federal de Viçosa, março de 2013.

CUNHA, Ana Luiza Salgado. **Extensão Universitária na Universidade Federal de São Carlos: (des)encontros com a Educação Popular**. 273 f. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGED/UFSCar Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos. 2018

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DUSSEL, Enrique. **Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação**. São Paulo: Paulinas, 1997.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro – a origem do mito da modernidade**. São Paulo: Vozes. 1993

_____. A pedagógica latino-americana (a Antropológica II). In: _____. **Para uma ética da libertação latino americana III: erótica e pedagógica**. São Paulo: Loyola; Piracicaba: UNIMEP, s/d, p.153-281

_____. A pedagógica latino-americana (a Antropológica II). In: _____. **Para uma ética da libertação latino americana III: erótica e pedagógica**. São Paulo: Loyola; Piracicaba: UNIMEP, s/d, p.153-281.

FIORI, Ernani Maria. Conscientização e educação. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS. 11(1), p.3-10, jan/jun. 1986.

_____. **Educação e Política. Textos escolhidos**. Volume 2. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra. 1997

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. 15ª Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro. 2011.

GOERGEN, Pedro. A universidade, sua estrutura e função. **Educação e Sociedade**. Ano I, n.2. São Paulo: Cortez e Moraes. 1979.

MEJÍA, Marco. Ra[ul]. **Educação e pedagogias críticas a partir do sul**: cartografias da educação popular. São Carlos: Pedro e João Editores, 2018.

OLIVEIRA, Maria Waldenez. ; SOUSA, Fabiana Rrodrigues. (orgs). **Processos Educativos em práticas sociais. Pesquisas em educação**. São Carlos: EduFSCar. 2014.

OLIVEIRA, Maria Waldenez.; STOTZ,, E.N. Perspectivas de diálogo entre organizações não governamentais e instituição acadêmica: o convívio metodológico. In: **Reunião Anual da Anped, 32., Caxambu. Anais...** Caxambu, 2004. p. 1-17.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In. SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. e MENESES, Maria Paula. (org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez. 2010.

SILVA, Enio Waldir. **Extensão Universitária** – concepções e práticas nas universidades gaúchas. Porto Alegre. UFRGS, maio de 2003. Tese de Doutorado. ver normas da ABNT

SOUSA, Ana Luiza. Lima. **A História da Extensão Universitária**. Alínea: Campinas, 2010

STRECK, Danilo. Territórios de resistência e criatividade: reflexões sobre os lugares da educação popular. In: STRECK, Danilo; ESTEBAN, Maria Tereza. (orgs). **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2013.

TUTTMAN, Malvina Tuttmán. **Compromisso social da universidade**: olhares da extensão. Rio de Janeiro, 2004

VÁZQUEZ, Adolfo. Sanchez. **Filosofia da Práxis**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FALS BORDA, Orlando. **Por la práxis**: el problema de como investigar la realidade para transformala. Bogotá: Federacion para el Analisis de la realidade Colombiana (FUNDARCO). 1978

WANDERLEY, Luis. Eduardo. Educação Popular e processo de democratização. In: BRANDÃO, C. R. (org). **A questão política da Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense. 2 Edição. 1980.

Notas

ⁱ Ao nos referirmos à *práxis*, queremos reforçá-la como forma de pensar a relação teórica e prática acadêmica, levando à compreensão das condições de produção e à ação do conhecimento. Assim, a *práxis* é atividade real e subjetiva, fundada na relação com o mundo, com fins de transformação por meio da produção de pensamento/ação (Vásquez, 1977).

ⁱⁱ A *Práxis* é um conceito central ao longo de todo este estudo. Segundo Ricardo Rossato, a *Práxis* é a estreita relação que se estabelece entre o modo de interpretar a realidade e a vida e consequentemente a prática que decorre desta compreensão levando a alguma ação transformadora. A *Práxis* implica a teoria como um conjunto de ideias capazes de interpretar fenômenos e que ao mesmo tempo anuncia ações transformadoras de mundo. É, pois, síntese da palavra-ação. STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI (orgs). Dicionário Paulo Freire. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2016.

ⁱⁱⁱ Ao nos referirmos à Universidade neste estudo, tratamos desta enquanto instituição e bem público, produtora hegemônica dos conhecimentos nomeados científicos.

Sobre os autores

Ana Luiza Salgado Cunha

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)/Vitória da Conquista – Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9244-130X> E-mail: ana.luiza@uesb.edu.br

Raquel Arrieiro Vieira

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)/São Carlos – Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3468-7504> E-mail: raquelarrieiro@hotmail.com

Glauber Barros Alves Costa

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)/Caetité – Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4368-2964> E-mail: gbcosta@uneb.br

Recebido em: 27/04/2024

Aceito para publicação em: 19/05/2024